

O Anticomunismo na Política Externa Brasileira no século XX: Da Primeira República ao governo Dutra

Anticommunism in Brazilian Foreign Policy in the 20th Century: From the First Republic to the Dutra government

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.142105>

Danilo Sorato Oliveira Moreira
Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Brasil
danilosorato@hotmail.com  

Resumo

Nos últimos anos, a Política Externa Brasileira esteve caracterizada pelo retorno do Anticomunismo, especificamente no período do governo Bolsonaro entre 2019 e 2022. Entretanto, essa política não é uma novidade nas relações internacionais do país, porque já foi utilizada no século anterior. O objetivo do trabalho é analisar o anticomunismo na Política Externa Brasileira (PEB) em parte do século XX, a fim de mostrar como essa política foi construída em alguns momentos históricos, tais como, na Primeira República, no governo Vargas e no governo Dutra. Para tanto, como metodologia, utilizar-se-á da análise de discurso em pronunciamentos oficiais e na literatura especializada no intuito de perceber como aparece o anticomunismo na PEB. Em termos de resultados, argumenta-se que a PEB é caracterizada por uma tradição anticomunista em alguns momentos históricos do país, e que essa característica prejudicou os interesses nacionais.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Anticomunismo; Primeira República; Vargas; Dutra.

Abstract

In recent years, Brazilian Foreign Policy has been characterized by the return of Anticommunism, specifically during the Bolsonaro government between 2019 and 2022. However, this policy is not new in the country's international relations, since it was already used in the previous century. The objective of this paper is to analyze anticommunism in Brazilian Foreign Policy (BFP) in part during the 20th century, in order to show how this policy was constructed in some historical moments, such as in the First Brazilian Republic, in the Vargas government and in the Dutra government. To this end, as a methodology, discourse analysis in official speeches and specialized literature will be used in order to understand how anticommunism appears in BFP and refine its positions. In terms of results, it is argued that BFP is characterized by an anticommunist tradition in some historical moments of the country, and that this characteristic has harmed national interests.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Anticommunism; First Republic; Vargas; Dutra.

Recebido: 25 Agosto 2024
Aceito: 20 Dezembro 2024

Agradecimento a CAPES pela bolsa de pesquisa. e ao orientador, prof. Dr. Adriano de Freixo

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuição sob os termos da Licença [Creative Commons de Atribuição Não-Comercial Compartilhá-Igual 4.0 Internacional \(CC BY-NC-SA 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/), que permite seu uso, distribuição e reprodução em qualquer meio bem como sua transformação e criações a partir dele, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados. Ainda, o material não pode ser usado para fins comerciais, e no caso de ser transformado, ou servir de base para outras criações, estas devem ser distribuídas sob a mesma licença que o original.

Introdução

O presente artigo buscará analisar o anticomunismo na Política Externa Brasileira (PEB) em parte do século XX. Para tanto, utilizar-se-á da análise de discurso em pronunciamentos oficiais e na literatura especializada no intuito de perceber como aparece o anticomunismo na PEB. Argumenta-se que a PEB é caracterizada por uma tradição anticomunista em alguns momentos históricos do país, e que essa característica prejudicou os interesses nacionais.

A metodologia do trabalho é pautada na análise de discurso da política externa brasileira tendo por base Miranda (2014). Nessa análise, buscar-se-ão pronunciamentos oficiais ou ações políticas de governos que deem margem para perceber a negação dos comunistas e dos governos comunistas. Ou seja, buscou-se perceber como no Brasil República, Vargas ou Dutra apareceram esses discursos anticomunistas, e como eles acabaram prejudicando a atuação brasileira no cenário internacional da época.

Optou-se pelo recorte cronológico de parte da primeira metade do século XX, porque é um momento de transição no sistema internacional em que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o comunismo estão se estabelecendo como alternativa aos países capitalistas e liberais. Também, pelas poucas análises que versam sobre esse período mais amplo, já que há muitas análises específicas de governos, como Vargas ou Dutra. A ideia central é perceber como há linhas de continuidade na política externa anticomunista em parte do século XX pelos formuladores de PEB.

Não há estudos que versem sobre essa continuidade, apostando por análises pontuais em momentos específicos de um governo. Nossa tese é de que essa política é de “estado”, digamos assim, e não de governos, logo ir contra o comunismo é um eixo central da PEB, para além do seu caráter “americanista” ou “globalista”.

Nas análises sobre a política externa do Brasil republicano ao longo do século XX, predomina na literatura a visão de que dois paradigmas se constituíram: o americanista e o globalista (PINHEIRO, 2004).

No primeiro, iniciado por Rio Branco, entre 1902 e 1912, estrutura-se a “aliança não escrita” com os Estados Unidos, que priorizava a relação à potência norte-americana; levando em consideração as mudanças em curso no mundo, a decadência do império inglês e a ascensão estadunidense (BURNS, 2003).

Esse princípio americanista é tão duradouro na política exterior brasileira que diversos governos encamparam essas ideias, tais como: Eurico Gaspar Dutra nos anos de 1950 e Castelo Branco nos anos de 1960. Por conseguinte, o americanismo é uma ideia com longa tradição na política externa brasileira, capaz de transpassar o tempo e manter-se perene entre os formuladores de PEB.

Mas é importante diferenciar o americanismo dos governos citados. Na literatura, há dois tipos de categorias sobre o assunto: o americanismo ideológico e o pragmático. Pode-se enquadrar os governos Dutra e Castelo na primeira, devido os seus alinhamentos como os próprios princípios e concepções ideológicas afins entre Brasil e Estados Unidos, que justificam a aproximação. Por outro lado, enquadram-se os governos Vargas e Rio Branco na segunda categoria, em virtude da aliança em função das oportunidades e do momento (PINHEIRO, 2000, p. 309).

Já no paradigma globalista, em busca de distanciar-se da aproximação ou aliança preferencial com os Estados Unidos (EUA), a PEB orientou-se pela diversificação das relações exteriores do país, a fim de que fosse aumentado o seu peso político no sistema internacional (PINHEIRO, 2000).

A Política Externa Independente, lançada nos anos de 1960 por Jânio Quadros, foi o primeiro manifesto do interesse nacional em ampliar seus círculos internacionais para além do hemisfério americano. Esse empreendimento seria mantido pelo sucessor, João Goulart até 1964, quando foi interrompido pelo golpe civil-militar instaurado em abril. Outro momento em que esse paradigma se fez presente na PEB ocorreu no governo de Ernesto Geisel em 1974.

Além da base conceitual sobre a PEB, é importante definir e caracterizar o anticomunismo. Segundo Motta (2000), o anticomunismo é um fenômeno dotado de historicidade que possui três grandes ondas no século XX. Nesse sentido, o anticomunismo ocorreu a partir de 1917, durante o governo Vargas e na Guerra Fria.

Também, sobre o conceito de anticomunismo pode-se dizer que é um conceito polissêmico, multifacetado e que se transforma no tempo, quer dizer, o anticomunismo do século XX não é o mesmo praticado pelos anticomunistas do século XXI (ARAYA, 2016). Logo, é um conceito dotado de múltiplos significados ao longo do tempo.

Apesar dessas definições bem colocadas pela literatura nacional acerca da política externa brasileira, o que pouco foi trabalhado é a influência do anticomunismo na formulação e aplicação da PEB. Tão pouco foi visualizado, que esse fenômeno histórico apareceu com maior profusão nas relações exteriores brasileiras em momentos de crise democrática nacional.

Tratar a historicidade desse fenômeno na PEB é um importante elemento para melhor compreensão do anticomunismo na história da PEB. Dito isto, questiona-se: Como o anticomunismo influenciou a política externa brasileira no século XX?

Nas seções posteriores, buscar-se-á resolver tal questionamento ao analisar como o anticomunismo iniciou seu caminho de maneira ainda difusa, já após a revolução russa em 1917, quando as ideias revolucionárias começaram a ser combatidas pelas elites oligárquicas em suas duas dimensões internas e externas. Na sequência, em momento de crise democrática liberal nos anos de 1930, tanto no sistema internacional com as alternativas nazifascistas, quanto no sistema nacional com o movimento varguista, criou-se um anticomunismo mais institucionalizado na figura do SEI, espaço integrado entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e outros órgãos de governo a fim de obter informações e vigiar opositores comunistas.

Mais à frente, em novo momento político, a transição de uma ditadura para uma democracia, desta vez do Estado Novo; analisar-se-á o anticomunismo do governo Eurico Dutra, alinhado com os EUA, naquilo que ficou conhecido como “alinhamento sem recompensas” contra os comunistas (MOURA, 1990).

A diplomacia anticomunista na Primeira República

A diplomacia anticomunista da Primeira República é fruto de uma longa tradição dentro do Itamaraty que envolve a junção de um corpo diplomático com ideias conservadoras e a chegada de ideias anticomunistas. Como aponta Castilho (2024), esse encontro ocorre desde o Barão do Rio Branco, com opção por políticas de controle de imigrantes, especialmente na cidade de São Paulo em 1903.

A partir de 1912, a política externa brasileira entrou em uma nova fase: a morte de José Maria Paranhos da Silva Junior, o Barão do Rio Branco, trouxe um período de maior ilusão de poder nas ações internacionais. Pela forma como o sistema internacional se configurava, o país apresentava suas credenciais de forma autoconfiante, como propõe Cervo e Bueno (2011, p. 216) na passagem a seguir:

Cumpra ainda assinalar que o país, na década de 1920, adquiriu uma sensação de autoconfiança e superestimação de seu peso internacional, decorrente de sua participação, ainda que modesta, na política mundial em razão de sua entrada na Grande Guerra e subsequente atuação nas conferências de paz e no Conselho da Sociedade das Nações (SDN), como membro eleito.

Embora não tivesse a força que imaginava, o Brasil tentou fazer políticas em que pudesse resolver os problemas de segurança do mundo. Porém, apesar do esforço, as iniciativas não geraram resultado pelo pouco poder do país entre seus pares. Para além disso, cabe destacar que as ideias e forças motrizes da PEB estabelecidas por Rio Branco, sobretudo o princípio do americanismo, foram mantidas. Ele seria a força motriz de boa parte dos tomadores de decisão da PEB durante o século XX.

O Brasil era um país de dimensões gigantes, mas ainda era essencialmente agroexportador. O seu principal ativo era o café produzido no Vale do Paraíba nas fazendas dos oligarcas nacionais. Uma parte significativa do Produto Interno

Bruto (PIB) constituiu-se das exportações do chamado “ouro negro”. E o destino dessas vendas era o EUA, o principal parceiro comercial do país. Portanto, o americanismo era um princípio justificado pela extensão do comércio de produtos agrícolas para o irmão do norte.

A competição entre os países imperialistas iniciou um conflito de grandes proporções no mundo. A primeira guerra total colocou a tríplice aliança (Alemanha, Império Austro-húngaro e Itália) contra a tríplice “entente” (Inglaterra, França e Rússia) em um combate que durou quatro anos. O Brasil se posicionou de forma neutra e baseado em suas posições no direito internacional. Vale recordar que o país havia ganhado destaque por suas posições favoráveis à igualdade entre os estados, arguida pelo jurista Rui Barbosa em uma conferência de paz em 1907 (ARAÚJO, 2013).

A Primeira Guerra Mundial representou uma série de significações. Para as Relações Internacionais são um ponto de inflexão:

(...) Os horrores do confronto bélico despertaram sentimentos marcadamente idealistas na opinião pública mundial: o direito contra a força, a paz acima da guerra, a diplomacia aberta e transparente, ideais democráticos e instituições liberais contra a Realpolitik, a autodeterminação dos povos, a voz das populações ouvida nos luxuosos salões e palácios das grandes conferências internacionais. Essas aspirações já existiam antes da guerra, mas, de reivindicação restrita a uma minoria pacifista, passaram ao topo da agenda e às primeiras páginas dos jornais (GARCIA, 2006, p. 17).

As soluções para o confronto foram de ordem liberal e idealista, ao propor a criação de organização multilateral para solucionar problemas de guerra e paz. A proposição do presidente americano Wilson em seus quatorze pontos é o início dessa perspectiva nas Relações Internacionais.

Em 1917, a guerra mudou. Os EUA entraram no conflito ao lado de ingleses e franceses. E o Brasil alterou seu posicionamento, condenando as ameaças à paz produzidas pelos alemães. As alterações no sistema internacional ganharam maior repercussão pela primeira experiência revolucionária que ocorria na Rússia. O surgimento de uma alternativa ao sistema capitalista global acendeu os alarmes das elites locais pelo mundo. Se anteriormente o anticomunismo era uma ideia difusa, alocada ao campo das ideias e do que poderia acontecer, agora esse fenômeno ganhava maior cuidado, posto que se tornou uma realidade política.

A posição brasileira em relação ao novo governo russo, foi inicialmente de reconhecimento ao governo de Kerensky. Na ideia inicial do país, a Rússia havia apenas mudado a monarquia pelo republicanismo, portanto, garantindo assim um respeito mútuo enquanto estado soberano (GARCIA, 2006).

Entretanto, essa direção inicial mudou com a chegada de Vladimir Lênin ao poder. O líder bolchevique retirou seu país da guerra e firmou a paz com a Alemanha, já sinalizando que Brasil e Rússia possuíam posições diferenciadas. Mas o desenrolar do processo revolucionário e a adesão ao comunismo foram as causas efetivas do distanciamento entre as duas nações. Aqui, pode-se dizer que uma diplomacia antirrevolucionária começava a ser implantada na política externa brasileira.

A década de 1920 foi um período de intensa crise política no sistema internacional e no Brasil. As definições do Tratado de Paris não ajudaram a amenizar o clima revanchista, posto que culpavam a Alemanha pelos prejuízos da guerra. Ademais, houve a exclusão dos russos comunistas do sistema de nações, quando optaram por não os colocar na Lei da Defesa Nacional. Soma-se aos problemas de ordem política, as crises econômicas e inflacionárias que atingiram os países europeus naquele momento. Foram vinte anos de crise da democracia liberal que abriram espaço para o surgimento de experiências autoritárias pelo mundo (CARR, 2001).

O Brasil não ficou à margem desses acontecimentos críticos e sistêmicos. Além dos problemas inflacionários causados pela guerra, no país havia um descompasso entre as oligarquias paulistas-mineiras e as novas camadas sociais que surgiram. Em especial, havia uma disputa dos militares por mais protagonismo na política, tal como demonstrou os

sucessivos levantes tenentistas na década de 1920. Também, os operários eram um grupo bem articulado em torno da busca de melhores condições de trabalho, sobretudo aqueles vinculados ao anarcossindicalismo e, depois, ao comunismo.

As elites políticas nacionais repreenderam os comunistas internamente com medidas que proibiram tais ideias e, na mais drástica, colocaram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) na ilegalidade política em 1922, poucos meses após sua fundação. Se em âmbito interno havia repressão, a política externa brasileira passou a fazer vigilância de atores políticos que estivessem com suspeita de serem difusores das ideias vermelhas.

À repressão interna, um dos fatores que levou ao arrefecimento das mobilizações operárias a partir de 1920, somou-se uma atitude de vigilância externa. Diplomatas brasileiros em postos na Europa frequentemente se referiam em comunicações telegráficas ao Itamaraty aos perigos que rondavam a civilização ocidental, acossada pelos ventos revolucionários que sopravam das estepes russas. Buscava-se intensificar a cooperação policial com outros países e ampliar a troca de informações sobre a ação de agentes dos Sovietes. A expulsão de estrangeiros “indesejáveis”, como será visto, tornou-se um recurso banal. A concessão de vistos a nacionais russos e imigrantes originários do Leste europeu era cuidadosamente controlada (GARCIA, 2006, p. 315).

De um simpático reconhecimento ao novo governo russo em 1917, a política externa brasileira mudou para uma posição de desconfiança. É nesse momento, no governo Arthur Bernardes, que oficialmente o anticomunismo inicia seu percurso de maneira institucionalizada, no âmbito das relações exteriores do Brasil. Mesmo que sem definições teóricas e ideias mais profundas, na prática, ele começa esse percurso com um objetivo bem definido: extinguir a possibilidade de contato entre as ideias comunistas soviéticas e grupos políticos brasileiros afins.

Na participação brasileira nas organizações multilaterais, o anticomunismo também se fez presente. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada após a Primeira Guerra, nasceu como elemento de garantia dos direitos e proteções trabalhistas exigidas pelos movimentos sociais desde fins do século XIX. O governo Bernardes não simpatizou com a causa da organização, ao contrário, além de não participar ativamente das discussões e da aprovação de legislações internacionais, muitas vezes na concepção do presidente e parte das elites oligárquicas, a OIT era apenas um local de agitação social e propagação das ideias comunistas (GARCIA, 2006).

Outro ponto relevante sobre o anticomunismo na PEB foi a América do Sul. Houve dois eventos que colocaram as elites políticas em modo de atenção. O primeiro foi a escolha de Buenos Aires, como secretariado sul-americano da internacional comunista em 1925. O vizinho ao sul era um potencial propagador de ideias revolucionárias, e, portanto, um constante ponto de vigilância pelos diplomatas brasileiros.

O segundo foi o reconhecimento do governo soviético pelo Uruguai, em 1926, gerando novos problemas para os países vizinhos no Rio da Prata. Houve medo de que os uruguaios servissem de espaço para a propagação de ideias comunistas e, também, fosse local de proteção diplomática para atores políticos perseguidos em seus países originários (GARCIA, 2006). Portanto, entende-se que, à medida que a crise política, econômica e social se estendia no Brasil, mais discursos e ações anticomunistas foram sendo produzidos em vários aspectos da política internacional do país.

Após as eleições de 1926, com a vitória de Washington Luís e Fernando de Melo Viana, algumas mudanças no anticomunismo partidário ocorreram. Entre janeiro e agosto de 1927, o PCB foi liberado da sua ilegalidade enquanto agremiação política. Esse breve espaço de liberdade foi revertido com a aprovação da lei Aníbal de Toledo, conhecida como “Lei Celerada”. Ela dizia o seguinte:

Art. 2º O Governo poderá ordenar o fechamento, por tempo determinado, de aggremações, syndicatos, centros ou sociedades que incidam na pratica de crimes previstos nesta lei ou de actos contrarios á ordem, moralidade e segurança publicas, e, quer operem no estrangeiro ou no paiz, vedar-lhes a propaganda, impedindo a distribuição de escriptos ou suspendendo os órgãos de publicidade que a isto se proponham, sem prejuizo do respectivo processo criminal (BRASIL, 1927).

Sob justificativa legal, o novo governo fechou novamente o PCB na sequência e utilizou a legislação para coibir práticas revolucionárias em “agremiações, sindicatos (sic), centros ou sociedades” donde estivessem sendo perpetradas ideias vermelhas.

A vitória do movimento revolucionário, encampado por Getúlio Vargas, mudou a perspectiva do inimigo. Manteve iniciativas anticomunistas internas e externas, mas inovou ao criar um aparato burocrático para obter informações acerca dos “vermelhos” por meio do Serviço de Estudos e Investigações (SEI). O político gaúcho unifica o anticomunismo na caserna e propõe um pacto com os católicos e empresários. Rivals na disputa pela agenda interna, mas aliados pela agenda externa contra o fantasma comunista.

A diplomacia anticomunista na Era Vargas

Quando Getúlio Vargas deflagrou um movimento armado contra o Brasil Oligárquico, sob a justificativa de que as Eleições de 1930 não haviam sido limpas, um projeto político assumiu o comando das elites políticas e econômicas do Brasil. No discurso de posse feito, em 3 de novembro de 1930, o novo chefe do executivo nacional não aprofundou sua proposta de política externa, tampouco falou sobre possíveis inimigos da nação. Houve um foco em falar nos “corruptos” da antiga ordem vigente. Ainda assim, há breves passagens do eixo da PEB nos anos de 1930. O chefe do governo provisório diz o seguinte sobre as metas de política externa:

(...) 13) intensificar a produção pela policultura e adotar uma política internacional de aproximação econômica, facilitando o escoamento das nossas sobras exportáveis; 14) rever o sistema tributário, de modo a amparar a produção nacional, abandonando o protecionismo dispensado as indústrias artificiais, que não utilizam matéria prima do país e mais contribuem para encarecer a vida e fomentar o contrabando; (...) (VARGAS, 1930).

A PEB de Vargas manteve-se inicialmente focada em uma agenda econômica que possibilitasse recuperar a economia nacional ainda fragilizada com a crise de 1929 nos Estados Unidos. Ademais, é nesse momento em que o projeto de substituição de importações foi conectado à política internacional, pois havia necessidade de ampliar a industrialização no país e diminuir a dependência do café.

A política econômica no Itamaraty vai ser revitalizada com a finalidade de atuar em benefício do desenvolvimento econômico nacional (CERVO; BUENO, 2011). Houve em particular dois parceiros comerciais que ganharam destaque nesse momento; além dos EUA, a Alemanha surgiu como alternativa de diversificação comercial para o país no escopo temporal entre 1934 e 1938.

Entretanto, a política externa de Vargas não ficou caracterizada apenas pelo vetor econômico. Ela também possuiu um viés político, especificamente nos momentos em que o governo constitucional passou por crises políticas a partir de 1934. E um dos eixos dessa política foi o anticomunismo que se desenvolveu em ambiente externo. A historiografia sobre a PEB não focaliza com atenção essa pauta na agenda internacional, mas ela foi um elemento constante de atuação do MRE nos anos de 1930.

Vale recordar que o governo provisório, bem como o governo constitucional, sofreu forte resistência de grupos políticos contrários às pautas iniciadas pelos antigos revolucionários tenentes. Em São Paulo, um movimento constitucionalista deflagrou um conflito que impunha resistência e tentativa de separação do Brasil. Em paralelo, os grupos comunistas estavam se organizando para iniciar uma revolução no país.

Nesse cenário crítico, Vargas iniciou um ambiente mais autoritário contra a oposição política, especialmente os comunistas. Criou-se a narrativa clássica das forças armadas contra o inimigo interno a partir de um evento específico, a revolta comunista em 1935. Há poucos indícios de que o movimento pudesse conquistar o poder político no Brasil, mas o

presidente da república soube instrumentalizar esse acontecimento a seu favor. Para combater o inimigo interno, mais ordem e mais autoritarismo.

No âmbito externo, a PEB foi muito ativa contra o comunismo. Um dos eixos iniciais é a relação bilateral com o Uruguai. Se na década anterior já havia o medo de que a livre imigração naquele país pudesse facilitar a difusão de ideias vermelhas, agora, nos anos de 1930, o governo Vargas trabalhou para evitar que os uruguaios tivessem relações diplomáticas com a URSS (AYÇAGUER, 2008).

É importante lembrar que o Brasil não tinha relações diplomáticas com a URSS desde 1917, quando reconheceu brevemente o governo dos mencheviques. É interessante perceber que a estratégia de Vargas não se limitou ao não reconhecimento, mas também em procurar influenciar as decisões de seus vizinhos.

O ano de 1935 foi um momento de alta tensão política no governo Vargas. No âmbito interno, os comunistas intentavam fazer um levante em novembro com a finalidade de fazer a revolução se desenvolver no país. No âmbito externo, Getúlio – a fim de diminuir o espaço de influência soviética no continente – pressionou o seu homólogo urguai, Gabriel Terra, para cancelar suas relações diplomáticas com a URSS em dezembro daquele ano (AYÇAGUER, 2008).

Um instrumento que corrobora com a tensão instituída em 1935 é que o governo Vargas patrocinou a aprovação legislativa da primeira lei de segurança nacional, nº 38 em 4 de abril daquele ano. Justificando-se por uma ameaça à nação pelos comunistas, o presidente instaurou uma norma que aumentava a repressão aos opositores comunistas e anarquistas (MARQUES, 2013).

O seu objetivo era conter a crise institucional do governo com medidas excepcionais de segurança, sobretudo para evitar que ocorresse alguma tentativa de tomada de poder por grupos de oposição, seja ele de tendência comunista, anarquista ou até integralista. Segundo a legislação: “Art. 1º Tentar directamente e por facto, mudar, por meios violentos, a Constituição da Republica, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida” (BRASIL, 1935).

A nova legislação era um indicativo de que as elites políticas estabelecidas no poder sabiam da possibilidade de alguma organização de oposição tomar o poder político no país. Alguns meses antes da tentativa comunista por Luiz Carlos Prestes, o governo Vargas já preparava o terreno jurídico e institucional para combater o fantasma comunista. No novo regramento de segurança, é interessante que há punções de prisão, e mesmo de cancelamento de visto de estrangeiros que fossem encontrados em ações subversivas.

Há também uma preocupação enorme com a proteção das forças militares e os funcionários públicos. Isto é, há punições a cidadãos que estivessem fazendo propaganda com essas duas categorias do estado brasileiro. Chama atenção o seguinte artigo direcionado aos comunistas, apesar de não os citar:

São crimes contra a ordem social além de outros definidos em lei: Art. 14. *Incitar directamente o odio entre as classes sociaes.* Pena - De 6 mezes a 2 annos de prisão cellualar. Art. 15. *Instigar as classes sociaes á luta pela violencia.* Pena - De 6 mezes a 2 annos de prisão cellualar. Art. 16. *Incitar luta religiosa pela violencia.* Pena - De 6 mezes a 2 annos de prisão cellualar. Art. 17. *Incitar ou preparar attentado contra pessoa ou bens, por motivos doutrinaes, politicos ou religiosos.* Pena - De 1 a 3 annos de prisão cellualar. Paragrapho unico. Se o attentado se verificar, a pena será a do crime incitado, ou preparado (BRASIL, 1935, grifo nosso).

A Lei de Segurança Nacional instrumentalizou os conceitos de classe e luta dos grupos comunistas, argumentando que pregam o ódio e incitam as pessoas à violência. Essa é uma estratégia discursiva recorrente dos grupos anticomunistas instalados no Brasil. Portanto, são artigos direcionados aos comunistas, medidas excepcionais e autoritárias para conter os “violentos vermelhos”, e obviamente manter os privilégios de classe.

A política externa do Uruguai em relação à URSS era diferente da brasileira. Desde 1926, já havia reconhecido o país comunista. O interesse comercial era constante, inclusive, os soviéticos abrem uma companhia comercial de combustível em Montevideu, a Iuyamtorg S.A. Entretanto, os EUA e o Brasil observavam essa abertura aos soviéticos como

uma possibilidade de propagação de ideias comunistas (AYÇAGUER, 2008). Apesar da pressão feita pelos vizinhos, o Uruguai abriu uma missão diplomática naquele país em 1933, oficializando efetivamente as relações entre eles.

A pressão brasileira também refletia o temor de que o Uruguai fosse um local de propagação de ideias comunistas e um receptor de comunistas brasileiros. Não é um acaso que o SEI e o Itamaraty atuaram na vigilância e recepção de informações na fronteira do Sul, em especial em relação aos uruguaios. Houve forte preocupação que os revolucionários do levante de 1935 fugissem para o país vizinho e pudessem se reorganizar no sentido de voltar a atacar o governo Vargas.

O SEI foi um órgão criado durante o governo Vargas para estabelecer uma política anticomunista no Itamaraty. Sua finalidade era vigiar os atores políticos nacionais considerados subversivos, em especial os atores dos eventos de 1935, como Prestes. É bom dizer que, pelo menos desde 1934, o órgão era planejado para ser lançado como política, posto que havia certa pressa em conter a difusão de ideias revolucionárias advindas dos países vizinhos, sobretudo no Uruguai.

Como aponta Setemy (2021), o SEI foi produto de uma política construída desde 1927 no Brasil, na qual as informações estratégicas e espionagem aos inimigos políticos começaram a ser realizadas ainda no governo Washington Luís (1926-1930). Já naquele momento, instituiu-se o Conselho Nacional de Defesa, para cuidar desses assuntos estratégicos a fim de conseguir criar uma estrutura burocrática que servisse para garantir o controle de opositores políticos.

A diferença entre Luís e Vargas é que o segundo iniciou o reaparelhamento das polícias e da estrutura burocrática, tornando-a muito mais especializada e dotada de capacidades técnicas. Essa mudança tinha como intenção alcançar opositores políticos que corriqueiramente estavam nas fronteiras com nossos vizinhos.

Por outro lado, o governo uruguaio, também tinha interesse em saber informações de opositores políticos a fim de articular estratégias anticomunistas, tal como o seu homólogo brasileiro. Segundo Ayçaguer (2008, p. 102), na agenda bilateral entre os dois países a partir de 1935, houve um foco no aspecto político, no qual “(...) o tema das atividades “subversivas” – comunistas ou anarquistas – já esteve presente na correspondência diplomática de ambos os países nos meses anteriores ao levante de novembro no Brasil” (Tradução do autor)¹. Portanto, os dois governos possuíam aproximações ideológicas anticomunistas, apesar das pressões constantes do governo brasileiro, houve interesse mútuo da vigilância aos comunistas e anarquistas.

No ano seguinte, em 1936, o Itamaraty começou a formular as propostas de criação de uma agência burocrática anticomunista, o SEI. Nas discussões internas na casa do Barão, é destacado o posicionamento da diplomata, Odette de Carvalho e Souza. Ela argumentou abertamente contra o inimigo interno e sobre a necessidade de o MRE atuar em conjunção com a “obra da Revolução”, quer dizer, a caçada aos comunistas:

(...) de prevenção e repressão contra o comunismo, servindo-se de suas representações diplomáticas e consulares no estrangeiro com o intuito de providenciar (...) trabalhos de investigação, prestar informações ou esclarecimentos” sobre a atividade de brasileiros, que na condição de exilados políticos ou de partidários da doutrina socialista representassem alguma ameaça aos rumos do governo (NEPOMUCENO, 2018 *apud* AHDI-RJ, Memorial, 1937, p. 1-3).

Esse posicionamento anticomunista demonstra como o Itamaraty atuou nos anos de 1930 contra a ideologia vermelha, sobretudo como um braço de apoio à política interna, posto que não seria possível vigiar comunistas apenas em território nacional. O interessante é a inovação em relação ao passado, já que naquele momento uma agência institucionalizada seria criada com a finalidade apenas de espionar comunistas.

É bom dizer que a postura do Itamaraty estava em acordo com a do seu chefe, Getúlio Vargas. Os ecos do movimento vermelho de novembro de 1935 foram grandes. O próprio político gaúcho iniciou seu discurso ao povo

¹ Versão no original: “5º) El tema de las actividades ‘subversivas’ – comunistas o anarquistas – ya estuvo presente en la correspondencia diplomática de ambos países en los meses previos al levantamiento de noviembre en Brasil”.

brasileiro contra o comunismo em 1 de janeiro de 1936. A partir daqui a política anticomunista, que era articulada de maneira difusa, ganhou ares oficiais:

(...) Padrão eloqüente e insofismável do que seria o comunismo no Brasil, tivemos-lo nos episódios de baixa rapina e negro vandalismo de que foram teatro as ruas de Natal e de Recife, durante o surto vergonhoso dos implantadores do credo russo, assim como na rebelião de 27 de novembro, nesta Capital, com o registo de cenas de revoltantes traições e, até, de assassinio frio e calculado de companheiros confiantes e adormecidos. Os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaça. Felizmente, a Nação sentiu esse perigo e reagiu com todas as suas reservas de energias sãs e construtoras. A quase unanimidade das forças políticas do país, integradas todas na opinião pública, mobilizou-se afim de fortalecer o Governo na *adoção das medidas necessárias para agir dentro da lei e dar maior eficiência às suas decisões repressivas* (...) (VARGAS, 1936, p. 141-142, grifo nosso).

Em seu discurso, Vargas, instrumentaliza as forças anticomunistas nacionais de diversas tendências. Há uma mobilização dos católicos, dos militares e liberais em torno do projeto quando cita elementos em que o comunismo intenta acabar: cristandade, pátria e propriedade privada. Ao final da citação acima, no grifo, é destacado como ele diz de forma clara que vai utilizar medidas excessivas e repressivas para aumentar a força do governo e, em paralelo, combater o comunismo. Portanto, o SEI é fruto dessas medidas excepcionais anunciadas pelo chefe do executivo.

A diplomacia anticomunista no Governo Dutra

As eleições de 1945 deram vitória para o general Eurico Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), com 55% dos votos contra o brigadeiro Eduardo Gomes do Partido União Democrática Nacional (UDN), com aproximadamente 34%. Ambos os candidatos eram militares, embora o primeiro fosse mais próximo do ex-presidente Vargas, enquanto o segundo vinculava-se às forças liberais-conservadoras anti-getulistas. A novidade era o terceiro candidato, Iedo Fiúza, do PCB, que obteve uma votação próxima dos 10%.

A participação de um candidato com orientação comunista demonstrava a boa vontade com o retorno da democracia liberal ao país. Entretanto, essa liberdade de organização partidária iria mudar a partir da dinâmica do novo governo eleito, aliado de primeira hora dos EUA, em uma perspectiva de “alinhamento automático” (MOURA, 1990). Além disso, estava no lado capitalista da disputa bipolar, portanto, o anticomunismo não iria demorar a se manifestar com intensidade novamente.

Ao assumir a cadeira da presidência, Dutra, em seu discurso inicial, decidiu manter muitos signos do governo anterior. No âmbito externo, o americanismo continuaria como marca da PEB em busca do desenvolvimento nacional. A novidade era o compromisso com a ONU, recém-criada, com participação de destaque brasileiro, quase como um sexto membro permanente do Conselho de Segurança (GARCIA, 2011). Assim se expressou o novo chefe do Executivo sobre a política internacional:

9. Nada tenho a inovar nas grandes linhas de nossa política internacional, que se tem afirmado numa perfeita continuidade histórica. Ministro referendário da declaração de guerra aos Países do Eixo, que ensangüentaram o mundo movidos por um espírito criminoso de agressão e de conquista, prosseguirá o Governo na mais estreita cooperação e solidariedade com as Nações Unidas, sobretudo com os Estados Unidos e as Repúblicas deste hemisfério, sem perder de vista que os nossos esforços e sacrifícios, pela vitória comum, devem assegurar ao Brasil uma posição digna de respeito e reconhecimento de nossos nobres aliados (DUTRA, 1946).

Nota-se que, no discurso de posse, Dutra não tocou em temas críticos dos últimos anos, como, por exemplo, as políticas de exceção e autoritárias contra opositores políticos. Ao contrário, a fala é uma saudação à democracia liberal. Essa concórdia mudou rapidamente com o aprofundamento da Guerra Fria após o discurso da contenção ao comunismo feita pelos americanos.

É interessante notar que o novo governo abriu um flanco de relações diplomáticas com a URSS, algo inédito na história nacional até aquele momento. Em verdade, essa aproximação começou na antessala das discussões de paz da Segunda Guerra Mundial. Como aliados de guerra e negociadores da paz, os dois países retomam as relações diplomáticas em 2 de abril de 1945 (MOURA, 1990).

A retomada das relações não foi tão fácil quanto pareceu. Uma parte considerável da sociedade mantinha-se reticente a uma aproximação com a URSS. É o caso da alta cúpula das Forças Armadas, setores da Igreja Católica, políticos conservadores, a grande imprensa, dentre outros (CATERINA, 2019). Apesar dessa resistência, Dutra mantém as linhas da política externa de Vargas, e continua com esse relacionamento até o ano de 1947, quando voltará a adotar uma política mais enérgica em relação a Moscou.

Como aponta Moura (1990), a compreensão do giro no relacionamento com a URSS, voltando ao anticomunismo de outrora, tem a ver com a situação interna do país. Primeiramente, o governo buscava manter os movimentos sociais e sindicatos sob a tutela do Estado, assim como fizera Vargas por meio da política do trabalhismo. Entretanto, na concepção do executivo, a União Soviética mantinha seu domínio sobre o operariado e outras forças sociais, o que compelia novamente uma posição mais dura em relação aos soviéticos.

Em segundo lugar, o PCB iniciou um processo de crescimento robusto nas votações presidenciais e legislativas, o que tornava a sua legalidade um perigo para as elites políticas e econômicas nacionais. Não é à toa que o governo inicia um extenso processo de cassação do registro do partido sob diversas formas, primeiro no Parlamento brasileiro, em 1946, processo este negado pelas forças liberais e esquerdistas no Congresso Nacional (CN). Na sequência, em 1947, buscará apoio no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), conquistando uma vitória por 3 a 2, tornando assim o Partido Comunista ilegal.

Como aponta Ricupero (2017, p. 367), poucas vezes na história da política externa um governo instrumentalizou essa política com viés político e social, isto é, preocupado com as crises internas. Dutra utiliza essa tática para conseguir dar legitimidade a uma democracia de viés conservadora, no qual a busca de um inimigo interno e do inimigo externo (URSS) se cruzaram em um único objetivo.

O ponto de culminância dessa política foi o rompimento das relações diplomáticas com a URSS em outubro de 1947, retomando uma política anticomunista na PEB já articulada pelos seus antecessores. Apesar de não existir mais a Terceira Internacional Comunista para justificar a perseguição aos soviéticos; o sistema internacional bipolar justificava tal posicionamento, porque o Brasil era aliado incondicional dos EUA. Na justificativa do rompimento, o presidente discursou da seguinte maneira:

(...) Neste nosso País, onde se cultiva a tolerância e a bondade, não há fuzilamentos, nem cadafalsos nas ruas. Não há campos de concentração, nem lugares para degredo. Não há trabalho escravo, nem o pensamento está encarcerado. O que não queremos é uma oligarquia de falsos líderes, educados e disciplinados no estrangeiro, que se reservam a faculdade de decidir pelo Povo os destinos do Povo. Não queremos a ditadura, porque temos uma Constituição que assegura as garantias individuais e permite a defesa contra pregação e ação anti-democráticas que objetivem o domínio ilimitado de um partido único, seja ele qual for. Não queremos a consciência nacional dissolvida pela submissão, sob a capa de internacionalismo, aos interesses e aos instrumentos de uma potência estrangeira (DUTRA, 1947, p. 166-167).

O discurso com forte tom anticomunista, que criava oposições entre o sistema da democracia liberal e o comunista, foi feito alguns dias após o Itamaraty romper as relações diplomáticas com a URSS. O motivo inicial havia sido uma publicação no jornal *Gazeta Literária* de Moscou, com fortes críticas ao presidente do Brasil e ao país (CATERINA, 2019).

Essa motivação foi uma justificativa pouco convincente, posto que a imprensa no Brasil e na URSS eram críticas aos regimes opositores durante a Guerra Fria. O governo Dutra já havia endurecido o tom internamente faltava, entretanto,

mais um passo para concretizar a luta contra os comunistas. O objetivo estava claro: conseguir apoio junto aos EUA, sobretudo subsídios econômicos.

Essa aliança incondicional chegou aos principais fóruns internacionais da época. Na ONU, o Brasil alinhou seu discurso político ao estadunidense na possibilidade de um novo conflito mundial, justificado pela ameaça soviética e comunista (OLIVEIRA, 2017b). O Brasil buscava protagonismo mundial e reconhecimento pelo seu alinhamento automático aos americanos. Embora o país centrasse suas forças na aliança, os EUA estavam preocupados com a Europa e a Ásia, o que evidenciou uma leitura equivocada da parceria especial pela parte brasileira.

Essa leitura equivocada era comum entre as elites políticas brasileiras. O novo ministro de relações exteriores, Raul Fernandes, compartilhava da visão dominante de que o sistema capitalista e a ordem liberal eram ameaçadas pelos soviéticos e pela ideologia comunista (OLIVEIRA, 2017b). Sem fazer uma leitura crítica da realidade, esse ponto de vista não continha a ideia de que as duas potências defendiam seus interesses. Portanto, não caberia ao Brasil alinhar-se a qualquer um dos lados, posto que ia na direção contrária às suas finalidades enquanto potência emergente.

O eixo da política externa brasileira na ONU se constituiu em três posições bem delimitadas. Em primeiro lugar, manter-se ao lado da delegação estadunidense nas pautas colocadas no foro multilateral, exceto nos casos da Palestina e Espanha (OLIVEIRA, 2017a). Em segundo lugar, colocar-se em oposição à agenda soviética e aos regimes políticos que estivessem na zona de influência da URSS. E, finalmente, apoio às iniciativas anticomunistas e antissoviéticas.

Considerações finais

Como o anticomunismo influenciou a PEB em parte do século XX? Esse fenômeno produziu opções no ambiente externo que não eram as mais adequadas para o país, já que não conseguiu perceber que a URSS seria uma potência durante parte do século XX. Ao invés de apoiar-se em uma posição pragmática, no qual reconheceria a posição da URSS no sistema internacional, e buscaria ampliar suas relações externas com aquele novo país, optou-se por uma posição ideológica no qual marginalizou-se politicamente aquele país das relações internacionais. Isso reduziu a margem de manobra da política externa brasileira que ficou ainda mais dependente da potência emergente capitalista em ascensão (EUA e Alemanha).

Apesar de parecer que não tinha efeito externo, as medidas internas de combate ao comunismo, como por exemplo, proibição de partidos políticos, não ajudava na aproximação entre o Brasil e a URSS. Ao contrário, ampliou a distância política e fez o Brasil perder tempo no cenário internacional.

Nos três momentos analisados no artigo, percebeu-se que houve uma tendência ao posicionamento ideológico em relação a URSS. Na diplomacia antirrevolucionária da Primeira República (1889-1934), não se reconheceu aquele país e perseguiu-se a oposição sob a alcunha de “revolucionários”. É o começo de uma tradição duradoura na PEB. (MOREIRA, 2020).

O período Vargas (1930-1945) ampliou a perseguição aos comunistas, sobretudo após 1935, o que levou à elaboração de novas estratégias, como por exemplo, o SEI – órgão burocrático interministeriais, que espionava comunistas nas fronteiras com o Uruguai, Argentina e Paraguai. Em sequência, Dutra (1945-1951) articulou as dimensões internas e externas do anticomunismo, especialmente ao romper relações diplomáticas com a URSS e proibir partidos políticos comunistas.

Percebeu-se que em parte do século XX, a crise democrática liberal gerou espaço para à perseguição contra os comunistas de forma geral. Por outro lado, o sistema internacional de cada momento possui uma singularidade e explicação fundamental para entender como a perseguição global ao comunismo e ao modelo da URSS trouxe consequências na determinação da política externa brasileira. A cada desenrolar do tempo as táticas, estratégias e diretrizes anticomunistas foram ressignificadas a fim de acabar com a ameaça comunista.

Referências

- ARAÚJO, Brenda. **Contribuição de Rui Barbosa a uma ordem mundial democrática**. Monografia (Graduação em Direito), Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22467/22467.PDF>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- ARAYA, Marcelo Casals. **La creación de la amenaza roja: Del surgimiento del anticomunismo en Chile a la “campaña del terror” de 1964**. Santiago: LOM Ediciones, 2016.
- AYÇAGUER, Ana. La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getúlio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935. **Estudios Ibero-americanos**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, jun. 2008, p. 92-120. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134612638006>. Acesso em: 19 jan. 2023.
- BRASIL. Decreto nº 5221 de 12/08/1927. **Diário Oficial da União**, 31 de dezembro de 1927, Rio de Janeiro.
- BRASIL. Lei nº 38, 4 de abril de 1935. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 28/6/1935, Página 13977. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- BURNS, Bradford. **A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: EMC, 2003.
- CARR, Edward. **Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/40-Vinte-Anos_de_Crise_-_1919-1939.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.
- CASTILHO, Alessandra. “Prices that cannot be paid”: Itamaraty’s conservatism and anti-communism in the early 20th century (1900 – 1945). **Rev. Bras. Polít. Int.**, v. 67, n. 1, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/Bqbb8jKRJHDkChz7KqXKxZf/?lang=en>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- CATERINA, GIANFRANCO. **Um grande oceano: Brasil e União Soviética atravessando a Guerra Fria (1947-1985)**. Tese (Doutorado em História), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 425f., 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/27454>. Acesso em: 21 jan. 2023.
- CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4a ed. rev. Brasília: UnB, 2011.
- DUTRA, Eurico. Discurso de posse da presidência da República. In: BOMFIM, João Bosco (Org.). **Palavra de presidente: os discursos presidências de posse**. Brasília: Lge Editora, 2004. p. 229-236. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/91988>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- DUTRA, Eurico. **Discurso de rompimento com a URSS**. 24 de outubro de 1947. Brasília. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/gaspar-dutra/discursos/1947/24-10-discurso-pronunciado-da-sacada-do-palacio-do-catete-quando-da-manifestacao-popular-de-solidariedade-ao-presidente-da-republica-por-motivo-do-rompimento-de-relacoes-diplomaticas-com-a-u.-r.-s.-s/view>. Acesso em: 23 jan. 2023.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **Entre América e Europa: A política externa brasileira na década de 1920**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília/FUNAG, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/20171685/Entre_Am%C3%A9rica_e_Europa_a_pol%C3%ADtica_externa_brasileira_na_d%C3%A9cada_de_1920. Acesso em: 17 jan. 2023.
- GARCIA, Eugênio Vargas. **O sexto membro permanente – O Brasil e a criação da ONU**. Brasília: FUNAG, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/20169581/O_sexto_membro_permanente_o_Brasil_e_a_cria%C3%A7%C3%A3o_da_ONU. Acesso em: 23 jan. 2023.
- MARQUES, Raphael. Repressão política e anticomunismo no primeiro governo Vargas: a elaboração da primeira lei de segurança nacional. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 15, n. 107, 2013.
- MIRANDA, Samir. **A integração da América do Sul no discurso da política externa brasileira (1992-2010)**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- MOREIRA, Danilo S. Oliveira. O Anticomunismo na Política Externa Brasileira: Passado e Presente (1930-2020). **Hoplos**, v. 4, n. 6. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/view/41153/24652>.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- MOURA, Gerson. **O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1990. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6613/792.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 jan. 2023.

NEPOMUCENO, Maria. A criação de uma Diplomacia Anticomunista no governo Vargas, em 1937. **Em Tempo de História**, Brasília, n. 33, ago./dez. 2018, p. 176-189. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/23678>. Acesso em: 19 jan. 2023.

OLIVEIRA, Adna. **O Itamaraty, o corpo diplomático e a ONU no início da Guerra Fria: a atuação brasileira entre 1947 a 1956**. In: XXIX Encontro Nacional de História, 2017a, Brasília-DF. Anais do XXIX Encontro Nacional de História, 2017a. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502822581_ARQUIVO_anphu2017-ADNA.pdf. Acesso em: 24 jan. 2023.

OLIVEIRA, Adna. O Itamaraty no início da Guerra Fria e a ONU: discussão anticomunista e a perseguição do PCB. Rio de Janeiro, **Augustus**, v. 22, n. 43, jan./jun. 2017b, p. 9-17. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.15202/1764>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PINHEIRO, Letícia Abreu. Traídos pelo desejo: Um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. **Contexto Internacional**, v. 22, n. 2, jul./dez. 2000, p. 305-335. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Pinheiro_vol22n2.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

RICUPERO, Rubens. Governo Dutra: Democratização conservadora e diplomacia a serviço do anticomunismo interno (1946-1950). In: RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro: Versal Editores. 2017. p. 367-377.

PINHEIRO, Letícia Abreu. **Política externa brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SETEMY, A. Do Serviço de Estudos e Informações (SEI) ao Centro de Informações do Exterior (CIEEX): a institucionalização das políticas de informação e repressão ao comunismo no Itamaraty. **Locus: Revista de História**, v. 24, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20870>. Acesso em: 12 dez. 2024.

VARGAS, Getúlio. **Discurso de posse 1930**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1930.

VARGAS, Getúlio. **Discurso sobre o levante comunista de 27 de novembro de 1935**. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1936. Disponível: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1936/01.pdf/view>. Acesso em: 21 jan. 2023.

Funções de colaboração exercidas

Daniilo Sorato Oliveira Moreira:

Conceituação; Metodologia; Análise formal; Investigação; Escrita (primeira redação); Escrita (revisão e edição);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)
